

## DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 ARAÚJO, Aldem Johnston Barbosa; GUIMARÃES, Bernardo Strobel. Da obrigatoriedade de contratar serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e aterro sanitário por meio do regime de concessão. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 230, p. 123-130, fev. 2025.
- 2 RIGOLIN, Ivan Barbosa. Atualização: regulamentos da lei n. 14.133/2021 (atualização de artigo anterior). **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 37-43, jan. 2025.
- 3 RIGOLIN, Ivan Barbosa. Das infrações e sanções administrativas (Lei n. 14.133/2021, artigos 155 a 163): parte II - artigos 157 a 163. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 59-71, jan. 2025.
- 4 RIGOLIN, Ivan Barbosa. Dispensa de licitação (lei n.14.133/2021, artigo 75). **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 91-106, jan. 2025.
- 5 RIGOLIN, Ivan Barbosa. Disposições elogiáveis da lei n. 14.133/2021. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 24-30, jan. 2025.
- 6 RIGOLIN, Ivan Barbosa. Inexigibilidade de licitação (lei n. 14.133/2021, artigos 72 a 74): primeira parte. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 72-81, jan. 2025.
- 7 RIGOLIN, Ivan Barbosa. Inexigibilidade de licitação (lei n. 14.133/2021, artigos 72 a 74): segunda parte. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 82-90, jan. 2025.
- 8 RIGOLIN, Ivan Barbosa. Lei n. 14.133/2021, três momentos deploráveis: (I) artigo 14, inciso I c/c § 3º; (II) artigo 20, §§ 1º e 2º; e (III) artigo 82, § 5º. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 15-23, jan. 2025.
- 9 RIGOLIN, Ivan Barbosa. Lei n. 14.770, de 22.12.2023: modificada - horrivelmente - a lei de licitações. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 44-51, jan. 2025.
- 10 RIGOLIN, Ivan Barbosa. Licitações internacionais: (lei n. 14.133/2021, artigo 52 c/c o artigo 26). **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 52-58, jan. 2025.
- 11 RIGOLIN, Ivan Barbosa. O artigo 17 da lei n. 14.133/2021. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 31-36, jan. 2025.
- 12 RIGOLIN, Ivan Barbosa. Obra e serviço de engenharia na lei n. 14.133/2021. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 9-14, jan. 2025.

- 13 SANTOS, Daniel Lin; KOKKE, Marcelo. *From the cradle to the grave: reflexões sobre os custos do ciclo de vida na nova lei de licitações à luz das diretivas europeias e suas implicações nos contratos públicos*. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v. 20, n. 229, p. 107-125, jan. 2025.

## DIREITO CIVIL

- 1 BONGIOLO, Carla Rafaela Longo. Objetos caídos ou lançados de condomínio. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 17, fev./mar. 2025.
- 2 GARCIA, Fernanda Riu Ubach Castello. Direito à proteção de dados *post mortem*: a falta de instrumentos na internet que cancelem as redes sociais de pessoas falecidas dá ensejo a uma "imortalidade" talvez não desejada. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 60-78, fev./mar. 2025.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 BARBIERE, Fenando Baggio. O devido processo legal e os direitos humanos: casos de internação psiquiátrica involuntária reforçam a conexão entre os princípios fundamentais regidos pela constituição e as convenções internacionais. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 94-106, fev./mar. 2025.
- 2 CLÈVE, Clèmerson Merlin. "Estado de exceção judicial não pode durar indefinidamente". **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 22-28, fev./mar. 2025.

## DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- 1 NOGUEIRA, Fernanda Araújo Couto e Melo; CALZA NETO, Walter. A tutela da criança no mundo da internet: proteção de menores no ambiente digital depende da efetiva aplicação das leis já existentes e da responsabilidade compartilhada no meio familiar. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 108-120, fev./mar. 2025.

## DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

- 1 SILVA, Gustavo Pires Maia da. Cobrança do IR do doador em adiantamento da herança? **Revista Síntese Direito de Família**, Porto Alegre, v. 25, n. 147, p. 194-195, dez./jan. 2025.



## DIREITO DO CONSUMIDOR

- 1 CÉSAR, Rhuana Rodrigues. Equilíbrio das relações entre consumidor e fornecedor: aplicação do CDC deixa empresas diante de obrigações impossíveis e de pesadelos jurídicos provocados pela inversão do ônus da prova. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 86-92, fev./mar. 2025.

## DIREITO DO TRABALHO

- 1 NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. Responsabilidade civil na escravidão moderna: dever de combate ao trabalho análogo ao de escravo é aplicável não apenas ao governo, mas também às empresas que se beneficiam da cadeia produtiva. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 42-58, fev./mar. 2025.

## DIREITO MÉDICO

- 1 SORIANI, Natália. Demandas judiciais por erro médico. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 18-19, fev./mar. 2025.

## DIREITO PENAL

- 1 BEM, Leonardo Schmitt de. A objeção às teses paternalistas no tocante à prática de esportes radicais a partir do pensamento de John Stuart Mill. **Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 24, n. 150, p. 27-35, fev./mar. 2025.
- 2 BEM, Leonardo Schmitt de; MARTINELLI, João Paulo Orsini. Notas preliminares sobre a autoria no direito penal e na criminologia. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 75, n. 567, p. 65-80, jan. 2025.
- 3 BRIGAGÃO, Paula Naves. O feminicídio trocando de roupa no espelho legislativo. **Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 24, n. 150, p. 9-26, fev./mar. 2025.
- 4 FERREIRA, Claudia Xavier. Penas restritivas de direito: alternativa à prisão? Uma análise na comarca de Niterói. **Revista ESAJ acadêmica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 84-92, jan. 2025. Disponível em: [https://www3.tjrj.jus.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/314010](https://www3.tjrj.jus.br/sophia_web/acervo/detalhe/314010)  
Acesso em: 25 Fev.. 2025.
- 5 LEITE, Gisele. Considerações sobre o direito penal máximo. **Revista Síntese Direito**

**Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 24, n. 150, p. 51-66, fev./mar. 2025.

- 6 VALE, Eric do. O princípio da dignidade da pessoa humana em relação ao estelionato afetivo. **Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 24, n. 150, p. 36-50, fev./mar. 2025.

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 1 SALVADOR, Sérgio Henrique. Revisão da vida toda e as reviravoltas do STF. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 12-13, fev./mar. 2025.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1 BONIFÁCIO, Gessyca Prates Guimarães et al Da legitimidade da prisão do acusado realizada por guardas municipais à luz da jurisprudência (estudo de caso). **Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 24, n. 150, p. 185-211, fev./mar. 2025.
- 2 BROETO, Filipe Maia. Prescrição penal, presunção de inocência e injustiça. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 14-16, fev./mar. 2025.
- 3 CABALLERO, Alajose Medeiros de Melo; ROCHA, Enmelly Rayane Azevedo da. O papel decisivo do exame de corpo de delito: análise pericial de vestígios físicos deixados pela ação criminosa constitui prova essencial na validação dos eventos narrados durante o processo penal. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 80-85, fev./mar. 2025.
- 4 ROMANO, Rogério Tadeu. Reflexões sobre a responsabilização da pessoa jurídica nos crimes ambientais. **Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 24, n. 150, p. 67-76, fev./mar. 2025.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

- 1 GOMES, Marcus. A federação acabou e a autonomia fiscal virou pó: a decisão do governo de criar um comitê, em Brasília, para gerir impostos regionais acaba com o federalismo e deixa estados com o "pires na mão". **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 31-34, fev./mar. 2025.
- 2 SILVA, Filipe Piazza Mariano da; MATTEU, Ivelise Fonseca de. Reforma tributária põe federalismo em xeque: a pretexto de modernizar e simplificar atividades de consumo, emenda constitucional fere de morte a já trôpega autonomia financeira dos estados, agora mais do que nunca reféns da União. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 37, n. 692, p. 36-41, fev./mar. 2025.